

Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos

§ 3º A captação ambiental **não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável** por decisão judicial **por iguais períodos**, se comprovada a **indispensabilidade do meio de prova**. E quando **presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada**.

Captação Ambiental

Prazo de Captação

A captação ambiental não poderá exceder o prazo de quinze dias.

Renovação

O prazo é renovável por decisão judicial por IGUAIS PERÍODOS

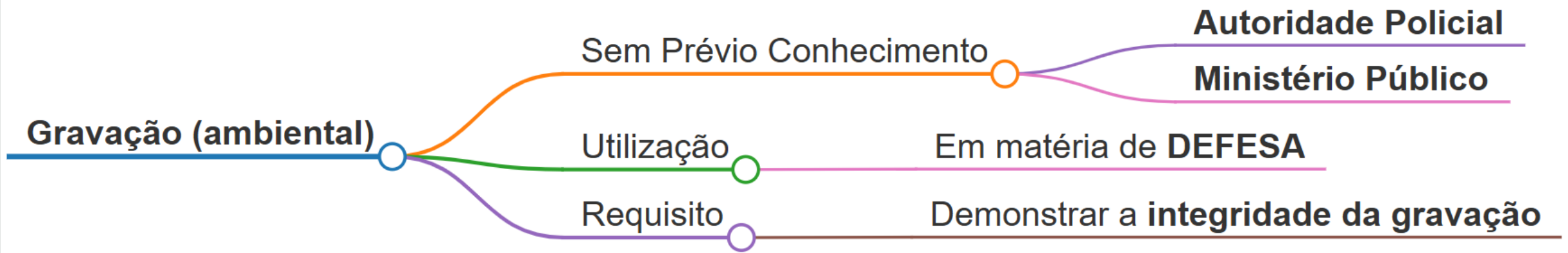
É necessário comprovar a indispensabilidade do meio de prova.

Deve haver a presença de atividade criminal permanente, habitual ou continuada.

Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos

§ 4º A captação ambiental feita por um dos interlocutores **sem o prévio conhecimento** da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, **em matéria de defesa**, quando demonstrada a integridade da gravação.

§ 5º Aplicam-se **subsidiariamente** à captação ambiental as regras previstas na legislação específica **para a interceptação telefônica e telemática**.



11. (FGV - 2025 - MPU - Analista do MPU - Perito em Tecnologia da Informação e Comunicação) No âmbito de uma ação penal em curso, o representante do Ministério Público Federal, visando à instrução processual, requereu, ao juízo competente, a decretação da captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos envolvendo os acusados. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, é correto afirmar que a medida requerida poderá ser autorizada pelo juiz se:

- A) houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou em infrações penais conexas, ainda que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes;
- B) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou em infrações penais conexas;
- C) houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com reclusão, ainda que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes;

D) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com detenção;

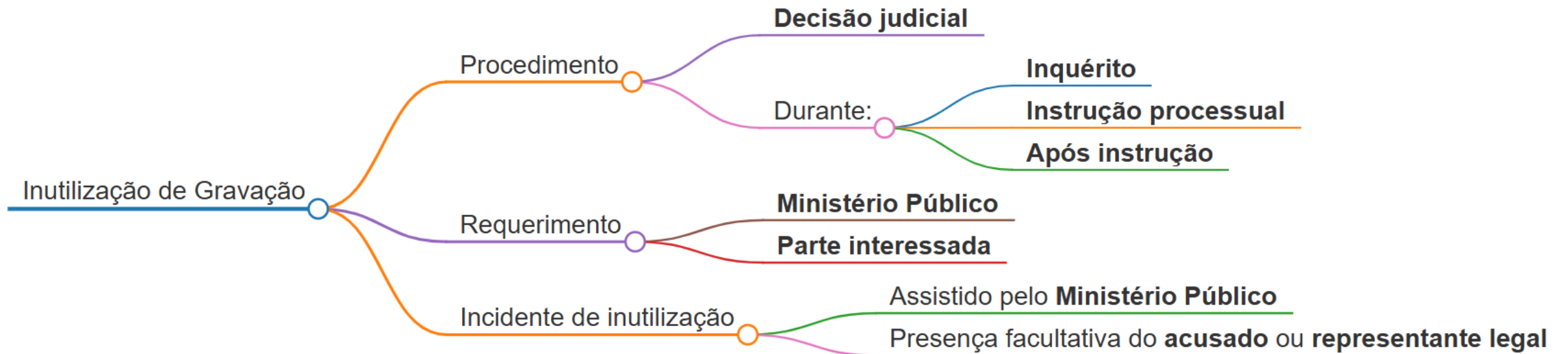
E) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com reclusão.

Gabarito: B.

Incidente de Inutilização

Art. 9º A gravação que **não interessar à prova** será **inutilizada por decisão judicial**, **DURANTE** o inquérito, a instrução processual **OU APÓS** esta, em virtude de **requerimento do Ministério Público ou da parte interessada**.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será **assistido pelo Ministério Público**, sendo **facultada a presença do acusado ou de seu representante legal**.



12. (NC-UFPR - 2021 - PC-PR - Investigador de Polícia / Papiloscopista) Sobre as interceptações telefônicas, na forma estabelecida pela Lei nº 9.296/1996, com alterações posteriores, assinale a alternativa correta.

- A) A captação ambiental feita por um dos interlocutores não possui qualquer validade jurídica caso não tenha sido previamente informada à autoridade policial ou ao Ministério Público.
- B) A lei permite, em circunstâncias excepcionais, que o requerimento de interceptação telefônica seja apresentado verbalmente.
- C) A inutilização de gravação que não interessa à prova da investigação pode ser realizada de ofício pela autoridade policial.
- D) A interceptação telefônica poder ser decretada por qualquer juiz, por se tratar de providência de urgência.
- E) A interceptação telefônica depende de requerimento da autoridade policial ou do representante do Ministério Público, não comportando decretação de ofício.

Gabarito: B

13. (IDECAN - 2021 - PEFOCE - Engenharia Civil) Artigo 5º, XII, da Constituição Federal: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. Essa norma exposta acima é a da Lei 9.296/96, que regulamentou a garantia constitucional supramencionada. Acerca do tema interceptação telefônica, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

B) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

C) A decisão que defere a interceptação será fundamentada, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de trinta dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

D) A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do caput do art. 5º da Constituição Federal.

E) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

Gabarito: C.

14. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Escrivão de Polícia Civil) Assinale a alternativa correta quanto à Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996).

- A) As interceptações das comunicações telefônicas são admitidas como meio de prova para qualquer crime, desde que devidamente fundamentadas.
- B) A captação ambiental não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- C) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na instrução processual penal.
- D) Durante o inquérito, a gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão da autoridade policial, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- E) O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo compulsória a presença do acusado ou de seu representante legal.

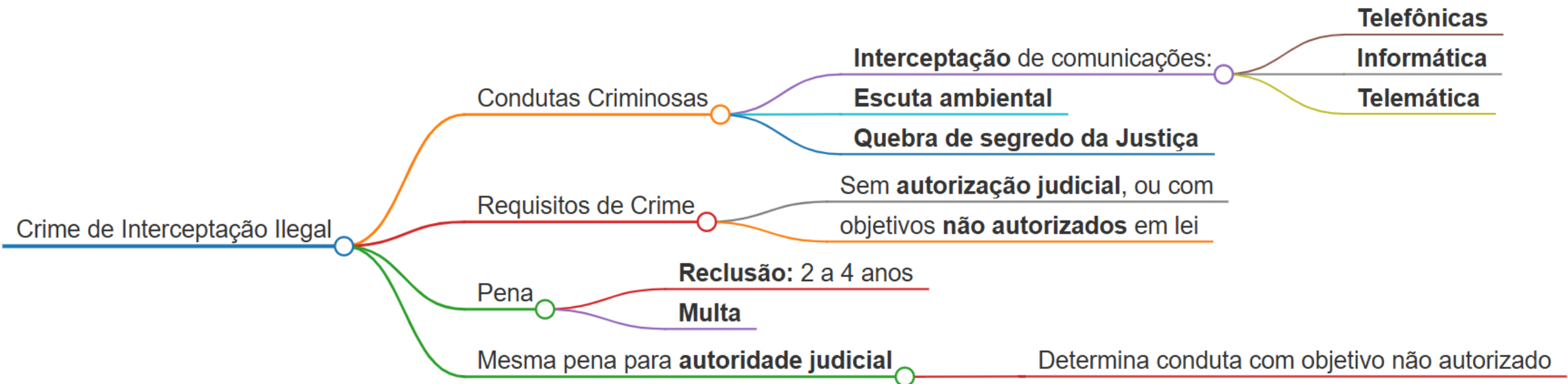
Gabarito: B.

Tipos Penais

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, **sem autorização judicial** ou com **objetivos não autorizados em lei**:

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre **na mesma pena** a **autoridade judicial** que **determina a execução** de conduta prevista no caput deste artigo com **objetivo não autorizado em lei**.



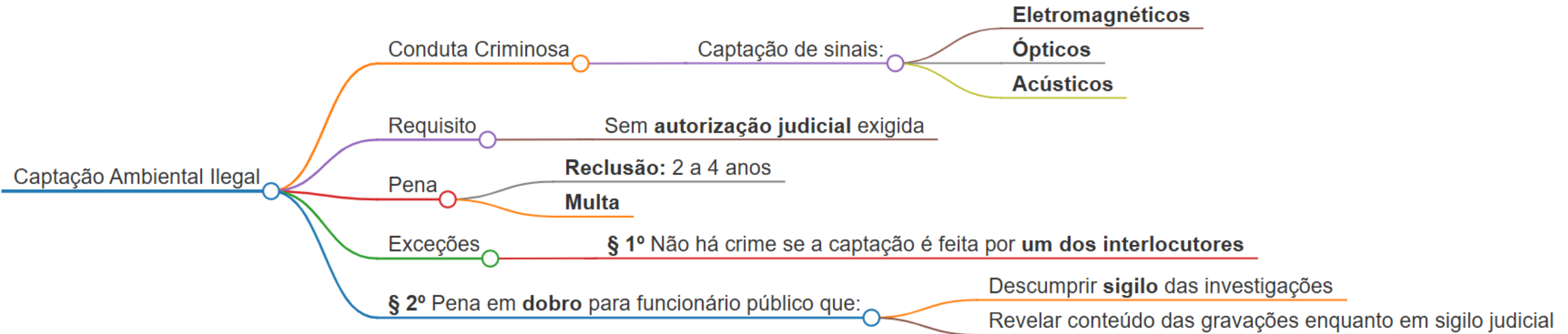
Tipos Penais

Art. 10-A. Realizar **captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos** para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial, quando esta for exigida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§1º **Não há crime se a captação é realizada por um dos interlocutores.**

§2º A pena será aplicada **em dobro** ao funcionário público que **descumprir determinação de sigilo** das investigações que envolvam a captação ambiental ou **revelar o conteúdo das gravações enquanto mantido o sigilo judicial.**



TEMAS ATUAIS RELEVANTES

Principais Julgados